

HABEAS CORPUS Nº 501.454 - SP (2019/0089682-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : LUCAS HENRIQUE BEPPU
ADVOGADO : LUCAS HENRIQUE BEPPU (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - SP421451
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ELENICE ROSA DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **ELENICE ROSA DOS SANTOS**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que a paciente, no curso de sua execução de pena, foi regredida de regime e perdeu 1/3 dos dias remidos, pela prática de falta disciplinar grave.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJSP, que denegou a ordem (e-STJ fls. 127-140).

Neste *writ*, alega o impetrante que, "No presente caso, reconheceu-se, como infração grave, a imputada conduta de, supostamente, a paciente não permanecer no domicílio declinado durante o gozo da saída temporária, condição da saída temporária. Com efeito, o comportamento irrogado ao Agravante não se subsume a qualquer das faltas graves previstas nos arts. 50 a 52 da Lei de Execução Penal." (e-STJ, fl. 5).

Aduz, outrossim, que "em homenagem ao princípio da proporcionalidade, segundo o qual a sanção deve ser proporcional à gravidade de infração disciplinar, o ora sindicado merece ser absolvido ou, ao menos, desclassificadas a falta para a de natureza leve ou média" (e-STJ, fl. 8).

Ao final, requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para "para anular o acórdão atacado e conceder a Paciente o afastamento da falta grave aplicada, restabelecendo-se o regime semiaberto; ou determinar que a perda dos dias remidos se dê no mínimo legal de 1 (um) dia" (e-STJ, fl. 12).

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Mesmo porque, para preservação do princípio da colegialidade, não é recomendável que seja deferida tutela de urgência que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014), e que será analisada em momento oportuno.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 1ª Vara das Execuções Criminais de Presidente Prudente/SP acerca da situação processual do paciente, por meio de malote digital, preferencialmente, bem como a senha de acesso para a consulta ao processo n.

1072901, no prazo de cinco dias.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

